



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Os Movimentos Sociais Pós-modernos Inorgânicos: Estudo Teórico da Caracterização  
aos Desafios Policiais**

Arménio J. L. Liceia

Estudo teórico

5.º Curso de Comando e Direção Policial

Lisboa, 31 de Julho de 2022

## Resumo

O presente estudo teve como propósito estudar os desenvolvimentos tecnológicos, culturais, políticos e económicos que com a mudança social transformaram a forma das relações sociais e trouxeram novas estruturas e conceptualizações aos movimentos sociais. O estudo, de cariz teórico, concentrou-se na conversão dos movimentos sociais pós-modernos em inorgânicos e definiu-os como uma estrutura não liderada, sem ideologia política, organizada por novas tecnologias de comunicação que suportam a comunicação horizontal e disseminação para um espaço global associado a uma identidade coletiva. Concluiu que, o uso intencional do meio digital como atomizador das redes sociais, da fragmentação do debate público e da polarização social, é potenciador do extremismo radical, o que exige elevados requisitos de preparação e resposta e coordenação no uso eficaz dos recursos e das capacidades do sistema de segurança, mas, sobretudo, antecipar a resposta ao futuro desenvolvimento tecnológico em termos de rede digital, como a Internet das coisas ou inteligência artificial.

***Palavras-chave:*** Desafios; desinformação; movimento inorgânico; pós-modernismo; redes sociais.

### **Abstract**

The purpose of this study was to study the technological, cultural, political, and economic developments that with social change have transformed the form of social relations and brought new structures and conceptualizations to social movements. The study, theoretical in nature, focused on the conversion of postmodern social movements into inorganic ones and defined them as a non-led structure without political ideology, organized by new communication technologies that support horizontal communication and dissemination to a global space associated with a collective identity. He concluded that the intentional use of the digital medium as an atomizer of social networks, fragmentation of public debate, and social polarization, is empowering radical extremism, which requires high requirements for preparedness and response and coordination in the effective use of resources and capabilities of the security system, but, above all, anticipate the response to future technological development in terms of the digital networks, such as the Internet of things or artificial intelligence.

**Keywords:** Challenges, misinformation, inorganic movement, postmodernism, social networks.

## **Os Movimentos Sociais Pós-modernos Inorgânicos: Estudo Teórico da Caracterização aos Desafios Policiais**

Ao refletir sobre este tema, pretendemos perceber e clarificar os construtos que caracterizam os movimentos sociais usualmente chamados de inorgânicos. Estamos conscientes do risco de abordar um fenômeno em permanente mutação. Porém, sendo eles fator condicionante da atividade policial, somos forçados a abraçar o desafio de os explicar objetivamente e saber se essas formas de ação coletiva atingem a sustentabilidade de movimento social.

É neste quadro que o estudo assume especial pertinência e atualidade, ao abordar os desafios que os movimentos sociais pós-modernos inorgânicos apresentam às polícias. Hodiernamente temos vindo a assistir ao despertar de manifestações que, pela utilização da Internet como meio de associação e mobilização, ultrapassam fronteiras, recusam o espaço institucional, ocupam geograficamente as ruas e saturam as redes virtuais (Diani, 2015).

Cada período é moldado por dinâmicas sociais, políticas, económicas, culturais, filosóficas e tecnológicas que criam sociedades e indivíduos únicos. As novas tecnologias de comunicação, importante consequência dessa mudança, transformaram os movimentos sociais em movimentos pós-modernos (Pereira, 2008).

É inquestionável que as redes sociais têm uma função instrumental na mobilização de movimentos sociais e nos mais significativos desenvolvimentos políticos dos últimos anos. No entanto, tratar a Internet e as plataformas digitais de forma inerentemente libertadora não deve ser encarada de forma linear (Tolga, 2014).

Alguns autores destacam também a identidade coletiva como um fator importante para o envolvimento dos indivíduos no contexto das discussões e nas ações coletivas. No entanto, consideram os movimentos como um resultado, e não um pré-requisito para a ação coletiva (Diani, 2015).

Para Tilly (2004), a mobilização também beneficia destes desenvolvimentos, pois é através deles que a conseguem com eficácia à escala global, passando as conexões internacionais a ter, agora, profunda interferência na sua formação e caráter.

Estas situações anunciam um perigo latente ao futuro da democracia na medida em que ameaçam a paz social. O desejável democrático é reivindicar legitimamente junto das instituições políticas. Porém, isso exige que os partidos e os sindicatos sejam capazes de

responder às expectativas das pessoas, o que, aparentemente, não está a acontecer (Tolga, 2014). Assim, como resultado de um sentimento de injustiça e insegurança frente ao poder, surgem os movimentos contra a ordem institucional (idem), onde outros setores da sociedade passam a assumir um papel muito mais ativo (Estanque, 2015).

Apoiado nestas dinâmicas, o estudo questiona o movimento inorgânico enquanto movimento pós-moderno, tenta explicar como se desenvolveu até hoje e como as novas tecnologias de comunicação ganharam importância. Dentro desse contexto, pretende-se clarificar as condições que formam os movimentos sociais inorgânicos, os fatores que permitem que os indivíduos se identifiquem como membros deste movimento, como as novas tecnologias transformam os movimentos sociais na organização, mobilização, estratégias e os desafios que, nesta conjuntura, se apresentam às Polícias.

Do ponto de vista metodológico, realizámos um estudo teórico sobre os movimentos sociais. Para isso, primeiramente, retomámos algumas definições acerca dos movimentos sociais através da análise à evolução conceptual dos movimentos sociais e do pós-modernismo revisitando as teorias de alguns dos autores mais referenciados. Em seguida analisámos os conceitos subjacentes aos movimentos pós-modernos, o que permitiu alimentar a discussão sobre os desafios para, por último, apresentarmos algumas conclusões.

### **Estado da Arte**

#### **Revisitando as Teorias Conceptuais dos Movimentos Sociais**

Para Neil Smelser (1963), quando ocorre uma perturbação, a sociedade tende a desorientar-se pois a mudança necessita de tempo de assimilação. É esta desorientação que, provocando angústia, fantasia e até hostilidade leva ao acionamento dos meios de controlo social, como o são os movimentos sociais.

Lorenz Von Stein foi o primeiro a usar o movimento social como um conceito em termos de luta política e social. Inicialmente o conceito referia-se a um processo no qual a classe trabalhadora pretendia o poder (Von Stein, 1850/1964). No entanto, a partir do final do século XIX, os movimentos sociais transformaram-se em movimentos que incluíam não apenas trabalhadores organizados, mas também agricultores, mulheres e outros segmentos reivindicadores de direitos (Estanque, 2015). Assim, os movimentos sociais deixaram de ser apenas movimentos com necessidades políticas ou económicas, mas passaram a manifestar-se

como movimentos interativos, com a expressão de questões sociais baseadas na identidade, direitos das mulheres, direitos dos homossexuais, questões ambientais, etc. (Cokluk, 2019)

Para conceptualizar o movimento social há que ter em conta duas visões antagónicas: a racionalidade e a irracionalidade da ação social (Bobbio, 2000).

Para os defensores da visão irracional, as massas não têm opinião e seguem os seus líderes (Tarde, 2005). Para Ortega e Gasset (1926/2019) a existência de multidões representa um retrocesso cultural e civilizacional.

Os defensores da visão racional, consideram que a ação dos movimentos sociais, tem explicação racional, pois está dependente dos modos de produção (Marx, 1982). Durkheim (1977/2014), assume que a ação social é sim uma causa e não um fim, onde os factos sociais são explicados por si mesmo.

É também segundo esta visão de que a ação social é racional, que Maria da Glória Gohn, partilhando uma perspetiva da análise historiográfica e não sociológica, afirma que se podem construir as teorias que explicam os movimentos sociais. Esta autora, classifica os movimentos sociais como ações sociais coletivas de cunho sociopolítico, que levam uma parte da população a organizar-se num propósito comum. Em qualquer movimento social há uma análise de um determinado momento da história e a elaboração de um diagnóstico desse momento, procurando apresentar as soluções que façam sentido para os seus participantes (Gohn, 2011).

Assim, começamos pela análise dos movimentos do século XIX e prosseguimos a análise até o século XXI na tentativa de dar significado histórico às transformações sociais decorrentes da aquisição do direito dos cidadãos se expressarem coletivamente em público.

Segundo Charles Tilly, os movimentos começaram como reativos, incluindo as práticas defensivas diante de pressões externas (e.g. motins por alimentos) tornando-se, a partir de meados do século XIX mais organizados e vinculados a uma base associativa e proativa (e.g. greves) (Tilly, 1978).

Os movimentos sociais que se desenvolvem em torno de uma necessidade dos grupos são conceptualmente definidos de diferentes maneiras por diferentes pensadores. Porém, no seu todo, todos têm radicais comuns que permitem perceber o conceito na visão atual. Assim, para Melluci (1985) os movimentos sociais são uma forma de movimento coletivo que carrega o conflito baseado na solidariedade e ultrapassa os limites do sistema ao qual pertence. Para

este autor, as razões também se tornaram mais complexas, primeiro as pessoas contestavam para manter ou adquirir direitos, agora reivindicam um novo mundo. Lefèbvre (1986), defende que a sociedade não deve silenciar-se, mas sim, a partir das suas práticas sociais, continuar a lutar pelo direito à cidadania. Para Touraine (1988), os movimentos sociais são o confronto social de classes que se define pelo domínio ou dependência de formas de historicidade, investimento cultural, modelos de conhecimento e ética dos modelos culturais. Mellucci, (1996) acrescenta que os movimentos estão-se a tornar mais complexos na medida em que muitos conflitos são expressão de grupos socialmente excluídos que querem ver-se representados socialmente. Castells (1997), define os movimentos sociais como resultado da articulação social entre os factos da vida quotidiana e a estrutura social, direcionada à transformação da rede de interdependências de forças no círculo da luta de classes. Gohn (1997) reconceitua os movimentos sociais enquanto fenómenos históricos consequentes de lutas sociais decorrentes de situações de desigualdade, opressão e exclusão, assumindo o seu carácter intemporal. Harvey (2004) defende que sendo motor da criação de um novo modelo evolutivo, partindo das possibilidades reais existentes do presente, os movimentos sociais visam construir estratégias para o futuro.

Verifica-se assim que, pese embora as diferenças filosóficas sumariamente atrás identificadas, todas apresentam linhas comuns no tocante à conceção dos movimentos sociais, que, explícita ou implicitamente, surgem na forma de práticas direcionadas para a mudança estrutural da problemática política e socioeconómica, apresentando questões ligadas à conquista de direitos humanos ao abrigo do direito à cidadania.

No século XXI, os movimentos sociais tornaram-se reconhecidos promotores do conflito social devido à sua “institucionalização” enquanto atores sociais necessários para melhorar a democracia, adquirindo um papel fundamental como ator político num Estado democrático (Machado, 2007).

A clarividente aceitação social desta nova realidade fica bem demonstrada na publicação da imagem de um ativista em 2011 pela revista *Time*, destacando-o enquanto ‘person of the year’.

Desde a viragem do século, assistimos a uma transformação nos movimentos sociais e observam-se fenómenos com características que vão muito além da política, chegando estes a questionar a forma como a própria democracia está a ser exercida, quando o principal objetivo

da democracia é permitir aos indivíduos, grupos e coletividades serem sujeitos livres, donos da sua própria história, capazes de reunir na sua ação o universalismo da razão e as características particulares da identidade pessoal e coletiva (Touraine, 1995). Os atores dos movimentos sociais passaram a atuar através de manifestações, processos de ação institucional e recrutando os participantes nos diversos contextos sociais. O objetivo é tornar-se visível, fazer aderir a opinião pública à sua causa e ter repercussão social. Estes novos protagonistas: jovens, estudantes, mulheres e profissionais liberais, desfoam a luta das condições de vida ou na redistribuição de recursos, direcionando-a para a qualidade e diversidade de estilos de vida (Silva, 2014). Não se trata de um protesto para ter mais direitos, mas para exercer os já existentes, a cidadania plena, que oferece a liberdade de opinião e o privilégio de participar nas áreas política, económica, social e cultural. Segundo esta mesma autora, são movimentos que se autointitulam independentes de qualquer partido político, sem filiação a partidos políticos e sindicatos, laicos, pacíficos e sem organização formal (idem). Este facto gera preocupação, pois tratam-se de movimentos que não se limitam a um grupo de jovens idealistas, mas envolvem diversos grupos sociais que não acreditam mais nos partidos políticos que os representam (Silva, 2014; Cabo, 2008).

Esses movimentos sociais do século XXI configuram assim uma nova forma de organização, tamanho, divulgação e cobertura mediática nacional e internacional. Tudo isso difere de todos os modelos anteriores. É através das redes sociais que se organizam e podem mobilizar milhares de pessoas em várias cidades de um mesmo país ou até de países diferentes, atingindo por vezes uma dimensão global (Farro, 2004).

Diante do exposto, como defende Célia Silva, os movimentos sociais que levantam a voz para determinadas exigências têm características pós-modernas e podem ser definidos como o conjunto complexo de práticas de ação coletiva de confronto de grupos sociais unidos num determinado propósito, crença e ideia; que têm impacto na cultura, normas e valores sociais; que visam para mudar as atitudes e as relações sociais de certas questões na sociedade; que desenvolvem ações articuladas em redes e que são realizadas, ao mesmo tempo, nas diversas escalas do acontecer social (microlocal, local, regional ou global). Os movimentos sociais pós-modernos visam produzir soluções para os problemas que as instituições políticas e sociais não conseguem resolver e discutir os problemas de determinados grupos com base

em pendões de lutas construídas a partir de conquistas de direitos humanos e cidadania (Silva, 2014).

### **Pós-modernismo**

Modernismo e pós-modernismo podem ser tidos como termos abrangentes que compreendem muitos construtos. O modernismo é um movimento que valoriza a coerência e que tem na sua essência uma só filosofia, ideologia e sistema de crenças distintos que contrasta com o pós-modernismo caracterizado por múltiplas ideologias, múltiplas filosofias e múltiplas crenças. Embora seja um movimento do final do século XX, as raízes intelectuais do pós-modernismo remontam a Heráclito e procura minar e desvendar as suposições que sustentam os sistemas de pensamento e discursos ideológicos anteriores, possuindo potencial para, no limite, poder degenerar em rejeição global e no extremismo (Cokluk, 2019).

No mundo pós-moderno, operou-se uma mudança do paradigma de progresso linear, onde o futuro era sempre algo melhor que o passado, para um modelo circular, onde o passado é continuamente reciclado, reutilizado, reinterpretado e reinventado. Da mesma forma, com a era digital, a experiência do espaço mudou. O mundo tornou-se numa aldeia global e o universo um microverso, mudanças estas que retratam um colapso e uma fragmentação geral do tempo e do espaço (Cokluk, 2019).

### ***Internet***

Na atualidade, a noção de cidadania é desafiada pelo processo de individualização. Falar de movimentos obriga também a falar de cibercidadãos, assim como falar de relações digitais obriga a referir as ações reais que as concretizam. É por estes motivos que os atores na rede estão em permanente interação, desagregação e reconfiguração traduzindo uma nova forma de estar no processo de glocalidade (Duque & Calheiros, 2017).

É preciso entender a dinâmica pela qual a tecnologia do ciberespaço rompe com as velhas estruturas. Embora a mudança no ambiente mediático já tenha começado antes da expansão da Internet, o ponto de inflexão tem sido o desenvolvimento das redes sociais assentes no ciberespaço.

Existem (pelo menos) cinco dinâmicas criadas pela internet e redes sociais a que devemos estar atentos: em primeiro lugar, a dispersão da relação entre produção, consumo e circulação de produtos digitais; em segundo, a desordem de conteúdos; em terceiro, o aumento do alcance do conteúdo para além das fronteiras nacionais e contextos culturais; em quarto,

modelos de negócios digitais alterados para lógicas de receita; e, finalmente, uma estrutura económica baseada em dados, informações e vigilância pessoais (Valaskivi, 2018).

O advento da Internet proporciona na atualidade condições para a alteração da relação entre o produtor de um conteúdo e o seu público-alvo, onde o contexto de produção e motivação são por vezes desconhecidos do utilizador final que, muitas vezes, é também redistribuidor, recomendador e comentador em diferentes plataformas sociais. Partilhar, comentar e gostar, acontecem muitas vezes sem se conhecer o contexto de produção original e apenas com base nas recomendações de outros amigos das redes digitais que, por sua vez, também podem estar a recomendar sem o conhecimento da finalidade original do conteúdo (Valaskivi, 2018).

Em vez de abordar dissidentes como mal informados, devemos sim identificar como as inverdades circulam nos esforços de boa-fé para identificar factos verdadeiros e assim esclarecer os desafios que a Internet representa.

Na versão atual, a Internet e, principalmente, as redes sociais, amplificam esse problema persistente das pessoas acreditarem em coisas que são obviamente falsas e negativas. A forma como essas más ideias circulam e a impossibilidade de controlar essa circulação ou de as banir, apresenta um perigo aos próprios fundamentos das sociedades modernas (Bernice & Hausman, 2020).

A produção e distribuição de informação através da Internet pode ser muito problemática e o seu conteúdo dar lugar à polarização da sociedade incitar a discriminação social, política, e étnica que encoraja o ódio entre opostos e legitima o uso de informação privada em prol da propaganda política (Tolga, 2014). Este fenómeno torna-se possível graças ao uso de sistemas de inteligência artificial e dos algoritmos das plataformas digitais que sugestionam notícias, produtos e amizades virtuais de acordo com as prévias escolhas do utilizador.

Nesta fase, começamos a ver não apenas as consequências positivas e não intencionais, mas também os danos colaterais causados pela tecnologia e pela sua implementação.

### ***Fake News***

As plataformas usam algoritmos que, pese embora possam ser genericamente inofensivos, podem adaptar-se rapidamente ao perfil de um novo utilizador, para fornecer um novo fluxo de pontos de vista alternativos que, podendo começar como um mero desvio

inocente, podem converter-se num excesso de informação e de pontos de vista polarizados, conspiratórios ou extremistas.

O'Connor e Weatherall (2019) explicam que, o que os autores chamam de “falsas crenças”, geralmente são produzidas quando as pessoas buscam boas informações (“verdadeiras crenças”). Até os cientistas criam e propagam falsas crenças no curso normal da experimentação e na disseminação de resultados dentro da ciência. A coerência em torno de “crenças verdadeiras” (aquelas que são apoiadas por factos evidências) depende do nível de confiança nos atores das redes sociais nas quais as informações circulam.

Exemplos da pandemia de Covid-19 e dos protestos do *Black Lives Matter* nos EUA esclarecem como a humanidade pode ser aproveitada para resolver ou agudizar problemas sociais persistentes (Bernice & Hausman, 2020).

O'Connor e Weatherall (2019) defendem que sempre houve “fake news” – o que distingue o nosso tempo é a sua ampla e rápida capacidade de disseminação através da Internet.

De facto, as *fake news* são idênticas à antiga categoria de boatos, que foram e ainda são disseminados pelo processo de boca em boca mas que, graças às novas tecnologias que democratizaram a produção e reprodução da informação, aumentando drasticamente a velocidade com que a desinformação se pode espalhar, criaram uma mudança na escala de disseminação em relação aos vulgares boatos (Ahad & Zehmakan, 2019).

O conteúdo das informações nas plataformas digitais está sempre além de qualquer tipo de controlo social. Estão milhões de notícias e informações não confirmadas a circular na Internet e nas plataformas sociais. Os problemas de desinformação, fruto da circulação de muita informação não confirmada nas redes, tornam-na estratificada quando se confia em atores desconhecidos e em dados não confirmados das redes sociais como fonte de notícias absolutamente verdadeiras.

### ***Redes Sociais***

As redes sociais digitais são reconhecidas como uma tecnologia em rede que estabelece uma ponte entre novas formas de produção de média e o envolvimento cívico. São redes que oferecem aos indivíduos uma potente ferramenta para comunicarem e interagirem uns com os outros, processo que torna os utilizadores online criadores ativos de conteúdos, ao invés de serem apenas consumidores tradicionais (Tolga, 2014). No entanto, o crescente

interesse pela comunicação e interação através das redes sociais e o alto nível de vontade de inventar e implementar formas de participação na produção de conteúdos levantam algumas preocupações de privacidade, segurança e ética.

As principais tendências literárias sobre as redes sociais e os desenvolvimentos tecnológicos, definem-nas como um meio de participação social e de partilha de conhecimento, facilitador do efeito mimético de expressão de tendências inovadoras que, além de interferirem no discurso, abriram caminho para novas formas de participação na cidadania das culturas juvenis que alimentam a mudança social (Tolga, 2014). O desenvolvimento das redes sociais também proporcionou muitas oportunidades para o ciberativismo e ajudou a promover um senso de comunidade e identidade coletiva.

Esta visão integradora entre a ação política, Internet e redes sociais, que reforça o caráter viral destas manifestações, foi denominada por alguns autores como “netwar” (Hunter, 2002 cf. Bennet, 2003), como “ciberturbas” (Urrutia, 2003), como “smartmobs” (Rheingold, 2005),

Os laços criados digitalmente são também muito importantes na medida em que laços fracos são mais tendentes a ligar as pessoas com diferentes características sociais, concedendo aos grupos heterogeneidade e uma maior capacidade e habilidade para a resolução de problemas. Nestas ligações há muita reciprocidade, pois a ligação ao grupo depende forçosamente da ajuda mútua.

Já os relacionamentos fortes concedem pouca heterogeneidade, embora vejam os seus princípios partilhados nos relacionamentos virtuais, ainda que de forma limitada na medida em que os constrangimentos do meio impedem a sua plenitude (Mendonça, 2013).

Porém, é importante esclarecer que a participação numa comunidade virtual não é irremediavelmente prejudicial para a vida real. Ambas as realidades se misturam na vida do utilizador não necessitando de se anularem reciprocamente. Por exemplo, as redes sociais e a Internet aumentam a diversidade comunitária visto que a classe/género/raça não importam e, instantaneamente, oferecem uma vasta possibilidade de participação em eventos sociais e debate político (Tolga, 2014).

### ***Desinformação***

Atualmente, a grande maioria das ameaças à nossa segurança está relacionada com a segurança da informação, resultando numa transformação significativa dos sistemas de

segurança nacional. Uma dessas ameaças é a desinformação, que é cada vez mais usada de forma intencional e que provoca sérias consequências aos países modernos, na medida que, em tempos de paz, é a principal ameaça à sua segurança nacional (Wojciech & Sowa, 2021).

O jornal Diário de Notícias, numa investigação de 2018, afirmou que existem mais de 40 sites de notícias falsas em Portugal que publicam desinformação sobre a política portuguesa que, posteriormente, é partilhada por várias redes sociais.

De acordo com a Comissão Europeia (2018), a desinformação é informação comprovadamente falsa ou enganosa criada, apresentada e divulgada para obter lucro económico ou para enganar intencionalmente o público. É assim uma forma de fornecer informações verdadeiras ou falsas, para conseguir enganar deliberadamente um grupo selecionado de destinatários e persuadi-los a comportar-se de acordo com as expectativas assumidas (Wojciech & Sowa, 2021). Na nossa opinião, deve alargar-se o conceito de desinformação ao uso de contas ou páginas falsas projetadas para manipular ou enganar os utilizadores.

Os atores de desinformação fazem muitas vezes uso de conteúdo que não é confirmável por meio da verificação de factos e evidências, evitando assim a sua remoção em resultado do desvanecimento entre verdade e a ficção resultante do enquadramento destes conteúdos de desinformação como histórias que ouviram de amigos ou em resultado de perguntas sobre conspirações ou desinformação já conhecida (Isabella & Samantha, 2021).

Muitos destes atores de desinformação identificaram estratégias para fornecer um conteúdo altamente persuasivo e que escapa à moderação das plataformas. Produzindo assim estes conteúdos, conseguem que as suas narrativas atinjam os objetivos pretendidos sem violar as regras da plataforma (Isabella e Samantha, 2021). Entre as estratégias de difusão mais bem-sucedidas estão os enquadramentos narrativos “ouvi de um amigo” e “só perguntei”.

Nas narrativas de “ouvi de um amigo”, as histórias que relatam experiências são percebidas como mais credíveis quando difundidas por um indivíduo da rede, do que por autoridades, políticos ou estranhos fora da rede. Na dinâmica de fazer perguntas, os atores da desinformação aproveitam a incerteza para enviar suas mensagens aos novos utilizadores, realçá-la e combiná-la com um fluxo interminável de perguntas simples. Os influenciadores criam nos utilizadores involuntários um vazio de informações pertinentes que, agora, não recebem as respostas adequadas às perguntas que nem sequer pensaram fazer. Deste modo, as

narrativas de desinformação dispersas em comunidades online fortes são particularmente difíceis de combater, pois um membro de fora do grupo não será capaz de superar a confiança já solidamente criada no grupo da rede (Isabella & Samantha, 2021).

## **Movimentos Sociais Pós-modernos**

### **Concetualização**

A definição clássica do que é um movimento social, com preceitos de identidade epositor, dificilmente servirá para explicar as mobilizações pós-modernas. As identidades tendem a ser cada vez mais desconexas e voláteis, embora se possa argumentar que o próprio ator da ação coletiva tende a incutir naqueles que dela participam, ainda que efêmero, um certo sentido de comunhão (Estanque, 2015). Touraine distingue as noções de “ação social” e de “movimentos sociais”, enquadrando os atores na primeira e a mudança na segunda. Na sua apreciação, estes novos movimentos sociais não definem inimigos, mas revelam uma nova linha de problemas (Touraine, 2006).

Mesmo que exista um oponente, a figura do adversário nessas mobilizações nem sempre é fácil de identificar. Em alguns casos o oponente é uma abstração ou vem na forma de um poder instituído que pode eventualmente mudar e arrolar outros oponentes não diretamente envolvidos no processo decisório (Estanque, 2015).

Nestes novos movimentos, fruto das características do tempo, o sentido das suas exigências não é a negociação, mas sim o de fazer a defesa de princípios indiscutíveis de cidadania. É por esse motivo que verificamos que a ação dos movimentos de natureza sociopolítica se baseia em princípios antinômicos: sim/não, eles/nós, vitória/derrota, agora/nunca, desejável/indesejável (Ferreira, 1995). A este respeito Jasper (1997) defende que os novos movimentos sociais continuam atraídos por formas de ação direta, espontâneas e não burocráticas.

Também Castells (2006), debruçando-se sobre os movimentos que surgem no contexto de pós-modernidade, densifica esta teoria e identifica nestes movimentos três fatores fundamentais à sua definição: a existência de uma juventude fortemente qualificada, mas mergulhada na precariedade e desemprego, ainda que detentora dos conhecimentos necessários para disputar o poder no contexto institucional de representação; o segundo é a existência de uma cultura de ciberativismo popular que promove a possibilidade de resposta à

ação e repressão do Estado; e o terceiro consiste numa difusão alargada do acesso à Internet e às redes sociais, tanto em contextos domésticos como em espaços públicos.

Aqui chegados, importa assim refletir sobre os pilares fundamentais à existência destes movimentos.

### ***Formação***

As tecnologias de informação e comunicação promovem a identidade coletiva e permitem que os indivíduos se sintam pertencentes a uma comunidade mais ampla e ao movimento, mobilizando-se para apoiar a ação coletiva (Garrett, 2006). A criação da identidade coletiva, garante a obtenção de informações práticas sobre a formação, as atividades em curso, organizações existentes, pessoas de contacto e a participação torna-se uma fonte de pressão social entre os potenciais participantes, permitindo que se difundam e se assimilem mensagens mobilizadoras (Diani, 2015).

Segundo Touraine (1998), os movimentos sociais formam-se por três construtos fundamentais: a identidade: “Quem luta?”, a oposição: “Quem é o adversário?”, a totalidade: “Porquê lutar?” É da união destes três construtos que se cria a verdadeira identidade coletiva.

### ***Identidade Coletiva – Ativista***

Uma identidade é o principal impulsionador do comportamento ativista (Burke & Stets 2009; White 2001), uma vez que desempenha um papel fundamental nos resultados do movimento social (Jasper 1997; Kelly & Breinlinger 1995; Polletta & Jasper 2001), saber assim o seu significado é fundamental para perceber os próprios movimentos sociais, a mobilização, as formas organizacionais e as suas estratégias táticas.

Existem duas tradições psicológicas sociais distintas, uma que realça a pertença a uma categoria social e outra que realça como os amigos e familiares encorajam a internalização de papéis sociais (Hogg, Terry & White 1995; Stets & Burke 2000). Quando as pessoas definem “nós” ou “eles” em termos políticos, estão a expressar solidariedade com pessoas que podem não ter conhecido. No entanto, quando uma pessoa diz que vai participar porque não quer dececionar os seus amigos, está a expressar solidariedade com as pessoas com quem interagiu (Jonathan, 2017).

Para se perceber esta expressão de solidariedade, é preciso desde logo saber como distinguir identidades ativistas baseadas em papéis das identidades coletivas, pois cada tipo de identidade implica um mecanismo subjacente diferente. As identidades ativistas baseadas em

papéis são difíceis de identificar, porque muitas vezes são promovidas em contexto de grupo e são o resultado de um processo semelhante em diferentes grupos de pessoas e opera na interiorização das expectativas dos outros, que, desde que recebam reforço suficiente, os mobilizará. As identidades coletivas variam conforme a relação entre a identidade social e o quadro de injustiça, onde essas identidades continuam a mobilizar-se enquanto a relação entre o grupo e o quadro de injustiça aumentar a autoestima (Jonathan, 2017).

### ***Organização***

Quando se fala de movimentos pós-modernos, os autores tendem a afirmar que há uma rutura entre o cariz organizativo vertical e horizontal destas dinâmicas. Na verdade, esta é uma falsa dicotomia na medida em que se refere à percepção de organização versus a percepção da espontaneidade. A questão não é assim de organização, mas de auto-organização de base versus a organização burocrática de topo (Greeman, 2015).

É partindo desta percepção dicotómica, que se podem comparar as principais formas de organização e como elas apareceram na história. Por um lado, o partido político tradicional com um aparato permanente e um programa definido. Por outro lado, a efêmera auto-organização das massas em conselhos operários, assembleias de massas, comités de greve, e etc.

Para Richard Greeman, no tocante aos partidos, a óbvia e grande vantagem da forma de organização partidária é a sua existência duradoura ao longo do tempo, a sua capacidade de absorver as lições das derrotas passadas e de se preparar para as militâncias futuras durante os períodos de acalmia das massas. Já na auto-organização horizontal, este autor defende que, no modo básico, a sua operação assenta na fluência da informação e do poder a partir da base para o topo e a circulação da informação primeiramente na horizontal e, depois, verticalmente (Greeman, 2015). Aqui os participantes estão em conexão direta com o movimento de massa sentindo-lhes o humor e respondendo rapidamente a mudanças, tirando proveito de reações favoráveis ou recuando quando a militância diminui. Tais formas de auto-organização estimulam, desenvolvem e dependem da iniciativa e pensamento claro dos seus participantes que, assim, superam a passividade de muitos sindicatos e partidos que são tentados a procurar orientação na liderança em vez de pensar por si mesmos (idem). Nesse modelo horizontal, quando os movimentos sociais crescem além do nível local, tendem a conectar-se e associar-se

aos níveis setorial, regional, nacional e global, sem a necessidade de uma estrutura burocrática pré-existente suscetível de se tornar um locus de poder (Ferreira, 1995).

O único problema é que tais formas organizacionais se mostraram efémeras. Quando o movimento de massa diminui, eles tendem a desaparecer ou ser postos de lado por grupos mais centralizados e estruturados, podendo permanecer como redes informais e na memória dos participantes, que, a qualquer momento, irrompem com ações mais ou menos relevantes (Richard, 2015).

Nesta sequência, segundo Offe (1985), importa ainda perceber a posição do líder, pois enquanto os movimentos antigos se organizavam em torno de um único líder, nos novos movimentos há um ou vários atores que influenciam o movimento. Embora existam certos membros a influenciar os participantes, não é, contudo, possível chamá-los de líderes, mas sim dizer que são pessoas que, ao invés de serem autoritárias, têm elevadas qualidades de liderança, inteligência de comunicação.

Os grupos das redes sociais online não possuem assim um líder, mas sim moderadores influenciadores, que levam os utilizadores comuns a envolverem-se diretamente uns com os outros para tentar criar consenso e, uma vez criado, o que antes era uma ideia indefinida, alcança a ascendência potencial de influência externa, na medida em que os utilizadores individuais que se envolveram no processo, alinharam-se também com a posição e podem agora espalhar essa visão nas suas próprias redes e ampliar a tomada de posição.

### ***Mobilização***

Para Charles Tilly, os movimentos sociais para surgirem e se desenvolverem necessitam de organização, mobilização, interesses comuns, e oportunidade (Tilly, 2004). Também Castells (2012) se debruça sobre a mobilização e explica que nos movimentos sociais, para além das condições de injustiça social, é ainda necessária uma mobilização emocional capaz de criar espaços de harmonia e de reconhecimento coletivo.

A este respeito, Pasquino, no dicionário de política (1998), definiu dois conceitos: a mobilização política, enquanto procedimento de vinculação das pessoas aos grupos e a mobilização social enquanto noção de participação traduzida em estimulação com objetivo de alterar comportamentos, valores ou adesão a projetos.

No século XXI, o conceito ganhou força e passou a referir-se ao associativismo, criado num cenário em que o termo movimento aparece como resultado de uma ação e não como o seu mote principal (Gohn, 2008).

A convocatória para a mobilização representa a última fase do processo de ação social de massa e tende a ocorrer através de diferentes ferramentas. Primeira fase: difusão de informação - blog e páginas web, email, redes sociais, etc.; segunda fase: debate em foros, listas de discussão, etc.; terceira fase: mobilização - páginas web, e-mail, redes sociais e mesmo a SMS. (Candón Mena, 2009).

A Internet promove também potencialidades perigosas na mobilização social, ao permitir que esta ocorra por fluxos específicos semelhantes a uma estratégia de guerrilha. Segundo Simmel (1983), enquanto os conflitos tradicionais tendem a exigir do grupo centralização e organização de todos os elementos, as estratégias de guerrilha dispensam esta centralização, uma vez que as fações atuam de modo autónomo e desconcertado. Pretendem atacar os flancos e mostrar as fragilidades do opositor para o conseguir fragmentar. As mensagens fluem e são reforçadas sempre que se percebe a sua contundência, onde a dificuldade de identificação do inimigo de guerrilha inviabiliza a defesa.

Atuando desta forma, os grupos transformam-se em contingenciais. O grupo aparece e desaparece conforme a contestação. Aqui a mobilização deve ser compreendida nos termos das condições de flexibilidade que lhe permitirão reificar-se, obrigando a seguir o fluxo da sociabilidade pois é nele que subjaz o conjunto das relações prováveis e que permitem, naturalmente, antecipar o local e o momento da mobilização (Idem).

### **Movimentos Inorgânicos**

Estes movimentos são um dos elementos mais estimulantes que surgem no panorama dos movimentos sociais, pois marcam pela incerteza resultante da sua análise e comportamento. Desde logo pela sua identificação que segue apenas padrões simbólicos, como os nomes das manifestações e acontecimentos ocorridos, ou os nomes que se tornaram icónicos na Internet. São exemplos: o movimento zero, coletes amarelos, geração à rasca, anonymous, occupy, indignados, revolução já, wikileaks, etc., muitas vezes apropriados, reestilizados ou reconfigurados de outros (Rogério, (2014).

Devido à exposição nos meios de comunicação, principalmente através do ciberespaço, as imagens e o espetáculo das massas, bem como a celebração coletiva dos resultados

vitoriosos, produzem um efeito mimético que leva a uma rápida disseminação e intensidade internacional, o que constituiu o ponto de viragem na forma de contestação, na medida em que o campo sindical deixou de ter o monopólio da ação social e trabalhista. Para Elísio Estanque, ao nível global, os vários eventos do último ciclo de reivindicações e manifestações partilham os seguintes traços comuns: são definitivamente impulsionados por jovens instruídos e disseminados pelo ciberespaço, têm uma organização flexível, operam em rede, sem líderes identificáveis, e são em parte espontâneas (Estanque, 2015).

Paolo Gerbaudo afirma que os movimentos sociais pós-modernos são redes sem liderança, e define os líderes como “líderes suaves” pois não controlam o fluxo de comunicação vertical, considerando-os por isso como movimentos inorgânicos. Estes tipos de líderes limitam-se a coreografar o encontro enquanto forma de influenciar a assimilação pelas pessoas singulares das ações específicas de protesto, das instruções sobre como agir e estabelecer uma narrativa emocional para continuar a reunião no espaço público (Gerbaudo, 2012).

É com estes argumentos que Pereira (2009) justifica que estes movimentos, quando se tratam de pequenos grupos e com uma participação variável, mas que, em determinados momentos, são capazes de juntar mais de um milhão de pessoas, com ampla abrangência de estratos sociais, negando a associação a partidos políticos ou a sindicatos, têm vindo a ser identificados como “movimentos espontâneos e inorgânicos” (e.g. geração à rasca).

Assim, para Estanque (2015), um movimento pós-moderno caracterizado por uma estrutura sem líder forte, sem pertença a uma determinada ideologia política, organizado por novas tecnologias de comunicação, com comunicação horizontal, com disseminação para o espaço global e associado a uma identidade coletiva ligada a um símbolo (e.g. colete amarelo, M0, etc.), define-se como um movimento inorgânico.

Este novo conceito goza da vantagem de não necessitar de tempo, dinheiro, recursos humanos e apoio logístico, quando comparado com as formas tradicionais que exigem um longo período preparatório (Estanque & Costa, 2011). Este ativismo inorgânico mobilizado por plataformas online encurta os caminhos da informação, facilita o fluxo de conhecimento e faz a rápida difusão da informação entre os membros de cada plataforma (Tolga, 2014). Tecnologias como Facebook, YouTube, Twitter, MySpace, etc. agregaram o papel do

utilizador da Internet na organização de ações coletivas, distribuindo links e vídeos ou mesmo criando comunidades instantâneas online.

Estas formas de ação tendem a protestar de forma mais radical e fora do domínio institucional, promovendo estrategicamente a sua luta através dos meios de comunicação social com vista à obtenção de legitimidade e aceitação social (Nave, 2003).

### **Discussão, Desafios e Conclusões**

#### **Discussão**

A polícia existe para manter a ordem em nome do Estado. No entanto, a forma como o faz e assume são importantes na análise dos movimentos sociais. Porta (1995), demonstra uma relação íntima entre os estilos de policiamento dos protestos e os padrões de mobilização das massas. Assim, as dimensões simbólicas e representativas do policiamento não podem ter um significado que desencadeie a estimulação de identidade coletiva ativista ou processos de ação coletiva (Graham & Greg, 2000).

Face às características dos movimentos sociais pós-modernos inorgânicos, é extremamente difícil antever os efetivos impactos das suas ações, uma vez que os recursos mobilizáveis são dispersos e incertos (Santos, 2005).

Apoiados na experiência profissional acumulada do autor, de quase 24 anos ao serviço da Polícia de Segurança Pública, cruzando-a com as teorias aqui vertidas, mostra-se pertinente discutir os desafios que estes movimentos colocam às polícias considerando a interferência imediata e operacional que os movimentos inorgânicos têm na gestão da incerteza, nas consequências da sua estratégia de ação, do uso desinformação, redes sociais e plataformas online, na manipulação da amplificação algorítmica e, também, das narrativas online.

Na gestão da incerteza concorrem a multiplicidade de estruturas e/ou atores contestatários presentes no protesto que poderão criar dificuldades no controlo dos manifestantes, podendo alguns setores desenvolverem ações radicais ou contrárias à intenção publicada dos organizadores; A desinformação com disseminação de *fake news* ou informação incorreta através das redes sociais com o objetivo de legitimar a ação de protesto e comportamento dos respetivos participantes; A duração dos eventos, com o consequente com impacto nos ativos que integrarão o policiamento e que poderão resultar em intolerância face aos comportamentos praticados pelos manifestantes ou mesmo incapacidade de reagir eficazmente à sua ação.

Nas estratégias “de guerrilha”, ao praticarem ações ao abrigo deste conceito, são furtivos e elusivos, levando-as a acontecer ao mesmo tempo em todo lugar ou em nenhum lugar. Fomentam a não discussão de todas as iniciativas, publicamente e online, deixando algumas em privado com o intuito de dificultar a organização das forças no terreno, e a disseminação de desinformação, nomeadamente no que toca a datas, horas e locais, promovendo o efeito-surpresa e desconcentração de forças.

No que concerne às redes sociais, a profusão de grupos, chats, páginas e eventos nas redes sociais e plataformas de comunicação online dificultam a identificação de eventuais promotores, dificultando simultaneamente a avaliação da eventual concertação entre grupos ou indivíduos. Também a criação de grupos de conversação privados no Facebook, WhatsApp, Zello, Telegram, Signal, etc., onde é defendido o contacto pessoal ou por mensagem de voz de forma a garantir maior confidencialidade, acrescenta também maior dificuldade a uma eventual monitorização pelas autoridades.

As plataformas são outro fator de especial atenção, pois como sugere (Isabella & Samatha, 2021) no seu acompanhamento e monitorização é possível obter respostas a perguntas operacionais importantes como: Quais são as principais comunidades ideológicas que impulsionam a conversa online? Quais são importantes para o seu ataque de desinformação específico? Para cada comunidade ideológica, quem são os principais influenciadores? Que tipo de influência eles têm? Quais são as principais redes que podem interferir na opinião pública? Qual é o seu tamanho relativo, influência e inclinação ideológica? É possível acompanhar os próprios ativos policiais nas diferentes plataformas? Qual é o estado da própria presença institucional online?

A amplificação algorítmica de conteúdos e a forma como as notícias e as informações são priorizadas e selecionadas para os utilizadores apresentam também desafios únicos. Os algoritmos podem ampliar a desinformação e reforçar pontos de vista dentro de determinados grupos de utilizadores, projetando-a para a gestão de incerteza já descrita.

As narrativas de amigo para amigo e de fazer perguntas, lembrando (Isabella & Samatha, 2021), não são inerentemente maliciosas. Porém, quando usadas de forma intencional, o fardo irracional de desinformação e alegações não substanciais apresentadas como consultas legítimas cruzam os limites das principais plataformas sociais para a

disseminação adicional por e-mail, texto e chat em grupo privado, tornando ainda mais difícil às autoridades acompanhar a propagação da narrativa e fornecer correções pertinentes.

### **Desafios Futuros**

A própria tecnologia está em constante evolução e, muitas inovações tecnológicas em torno da inteligência artificial, estão a criar novas possibilidades para propaganda e persuasão. Contas automatizadas podem usar algoritmos para se tornarem mais humanizadas. As generative adversarial networks podem ser usadas para criar fotos de perfil falsas que se parecem com pessoas reais e outras formas de mídia digital (e.g. vídeos “*deep fake*”). Também os instrumentos resultantes do advento da Internet das Coisas, permitirão aceder a muito mais dados sobre indivíduos, os seus comportamentos e movimentos, que podem ser usados para melhor refinar as mensagens e anúncios selecionados (Isabella & Samantha, 2021).

A crescente interação entre pessoas, tecnologias e a sua crescente aplicação por empresas e outras organizações, reforça a necessidade de rever preceitos éticos e determinados valores morais e securitários.

### **Conclusão**

Neste estudo onde se examinou a evolução dos movimentos sociais pós-modernos inorgânicos, foram reveladas as diferenças destes movimentos com os movimentos sociais tradicionais. Demonstrou-se que ocorreram também mudanças estruturais nos movimentos sociais ao substituírem as necessidades clássicas e económicas dos movimentos tradicionais por questões como o desejo de uma vida melhor sob o argumento identitário de cidadania.

Estes novos movimentos, que descrevemos e enquadrámos como movimentos sociais pós-modernos inorgânicos, começaram-se a afirmar-se e efetivar-se à escala global com a disseminação das novas tecnologias de comunicação.

É possível concluir que o inimigo de um movimento inorgânico é a racionalidade dominante, sendo os discursos a sua oposição. A falta de representatividade nas democracias modernas e a falta de confiança nas instituições políticas formais e na política como um todo são os principais motivos dessa mudança político-social. São, em regra, movimentos autorreflexivos que tendem a tornar-se dispersos e descentralizados. O movimento inorgânico é moderado por soft líderes, e diferencia-se dos movimentos tradicionais por ser um

movimento de comunicação horizontal, organizado e fortalecido pelas novas tecnologias de comunicação.

Ficou demonstrado que os algoritmos, cada vez mais presentes no mundo contemporâneo, replicam preconceitos impregnados de vícios humanos e que a Internet, ambiente caracterizado pela liberdade, é ainda um ambiente inseguro para muitas pessoas. As redes sociais, trazem, benefícios interessantes para a sociedade, porém são um campo de propagação de mentiras, discursos de ódio e desinformação.

Concluiu-se que os movimentos sociais pós-modernos inorgânicos, embora de natureza efêmera, têm o potencial de colocar em causa a própria democracia, sendo de considerar a sua ameaça, na medida em que exigem preparação das polícias e do Estado para os desafios colocados à gestão da incerteza, estratégia de ação, uso de desinformação, redes sociais e plataformas online, na manipulação algorítmica e das narrativas online.

Finalmente, levantou-se o véu para alertar para a revolução tecnológica e informacional causada pela inteligência artificial mudará nosso ambiente cotidiano e profissional de forma inimaginável, deixando abertas novas linhas de investigação que permitam preparar a resposta a dar aos movimentos que se construam nessa futura realidade, pois, revisitando Lychezar e Stoycho (2018), a experiência mostra que estabelecer sistemas de segurança com base numa ameaça concreta não é eficaz. Sendo as ameaças de segurança contemporâneas tão complexas e dinâmicas como aqui demonstrámos, importa garantir que o sistema de segurança garanta não apenas uma resposta oportuna, adequada e eficaz, mas também fiel aos princípios éticos da sociedade democrática.

### Referências

- Ahad, N. Z., & Serge G. (2019). *Fake news and rumors: a trigger for proliferation or fading away*. Cornell University. <http://doi.org/10.48550/arXiv.1905.06894>.
- Andersen, K. (2011, dezembro). The protester. *Time*, 178, 25-26.
- Bernice, L. H. (2020). Against misinformation. On education. *Journal for Research and Debate*. 3(8). [https://doi.org/10.17899/on\\_ed.2020.8.3](https://doi.org/10.17899/on_ed.2020.8.3)
- Burke, P. J., & Stets J. E. (2009). *Identity theory*. Oxford University Press Bennet, W. L. (2003). In Communicating global activism: Strengths and vulnerabilities of networked politics”. *Information, Communication & Society*, 6(2), 143-168.
- Bobbio, N., Matteuci, N., & Pasquino, G. (2000). *Dicionário de Política*. Universidade de Brasília.
- Cabo, A. I. (2008). *Os novos movimentos sociais e os media*. Livros Horizonte.
- Cokluk, C. N. (2019). Postmodern status of new social movements: A research on yellow vests. *Istanbul University Journal of Communication Sciences*, 56, 1-29. <https://doi.org/10.26650/CONNECTIST2019-0025>.
- Carneiro, H. S. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In Arvelos, L. (2012). Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. *Sociedade & Natureza*, 24, 377-380. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000200015>.
- Castells, M. (1997) *The power of identity* (2a ed, 2004). Blackwell.
- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet era*. Polity Press.
- Castells, M., & Cardoso, G. (2006). *The network society: From knowledge to policy*. Center for Transatlantic Relations.
- Candón Mena, J. (2009). Smart mobs y mensajes en cadena. Aproximación teórica a las convocatorias "espontáneas" de movilización social mediante redes telemáticas. *Revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación*, 5, 255-281.
- Durkheim, E. (2014). *As regras do método sociológico* (Queiroz, M. I., trad.; 8a ed.). Companhia Editora Nacional. (original publicado em 1977).
- Duque, E., & António C. (2017). Movimentos e mobilizações sociais: originalidade e desafios. *População e Sociedade*, 27, 170-186.

- Diani, M. (2015). Social movements, networks, and. (G. Ritzer ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*.  
<https://dx.doi.org/10.1002/9781405165518.wbeoss162.pub2>
- European Commission (2018). *Communication from the commission to the European Parliament, the council, the European economic and social committee, and the committee of the regions tackling online disinformation: A european approach*. Directorate-General for Communications Networks, Content and Technology.
- Estanque, E., & Costa, H. A. (2011). *O sindicalismo português e a nova questão social – Crise, consolidação ou renovação?*. CES/Almedina.
- Estanque, E. (2015). Middle-class rebellions: Precarious employment and social movements in Portugal and Brazil (2011-2013). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7, 17-44.
- Farro, A. (2004). Actors, conflicts, and globalization movement. *Current Sociology*, 52(4), 633-647. <https://doi.org/10.1177/0011392104043499>.
- Ferreira, J. M. C., et al. (1995). *Sociologia*. McGraw-Hill de Portugal.
- Graham, E., & Greg M. (2000). Policing, collective action and social movement theory: the case of the Northern Ireland civil rights campaign. *British Journal of Sociology*, 51(4), 681-699. <https://doi.org/10.1080/00071310020015325>.
- Gohn, M.G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Gohn, M.G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 47, 333-361.
- Gohn, M.G. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21(54), 439-455.
- Greeman, R. (2015). Revolutionary organization: Horizontal or vertical? *The world is my Country*. <https://theinvisibleinternational.wordpress.com/2015/06/08/revolutionary-organization-horizontal-or-vertical/>.
- Garrett, R. K. (2006). Protest in an information society: A review of literature on social movements and new ICTs. *Information, Communication & Society*, 9(2), 202-224. <https://dx.doi.org/10.1080/13691180600630773>.
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the streets. Social media and contemporary activism*. Pluto.

- Valaskivi, K. (2018). Beyond fake news: Content confusion and understanding the dynamics of the contemporary media environment. *Hybrid CoE. Strategic Analysis* 5.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. Edições Loyola.
- Hogg, M. A., Terry, D. J., & White, K. M. (1995). A tale of two theories: A critical comparison of identity theory with social identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 58(4), 255–69. <https://doi.org/10.2307/2787127>.
- Isabella, G., & Samantha, B. (2021). *Disinformation 2.0: Trends for 2021 and beyond* (Hybrid CoE Working Paper 11). The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats. [https://www.hybridcoe.fi/wp-content/uploads/2021/07/20210716\\_Hybrid\\_CoE\\_Working\\_Paper\\_11\\_Disinfo\\_2\\_0\\_WEB.pdf](https://www.hybridcoe.fi/wp-content/uploads/2021/07/20210716_Hybrid_CoE_Working_Paper_11_Disinfo_2_0_WEB.pdf)
- Jonathan, H. (2017). *Who is this “we” you speak of? Grounding activist identity in social psychology*. University of North Carolina-Chapel Hill. <https://doi.org/10.1177/2378023117717819>
- Jasper, J. M. (1997). *The art of moral protest: Culture, biography, and creativity in social movements*. University of Chicago Press.
- Jornal Notícias (2018). O negócio da desinformação: empresa canadiana faz fake news em Portugal. *Jornal de Notícias*. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/25-nov-2018/interior/o-negocio-da-desinformacao-empresa-canadiana-faz-fake-news-em-portugal-10231174.html>.
- Kelly, C., & Breinlinger, S. (1995). Identity and injustice: Exploring women’s participation in collective action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 5(1), 41–57. <https://doi.org/10.1002/casp.2450050104>.
- Lefèbvre, H. (1986). *La production de l’espace* (3a ed.). Éditions Anthropos.
- Lychezar, M., & Stoycho, P. (2018). Hybrid threats, challenges, and possibilities for building institutional capabilities. *An International Journal*, 39(2), 143-148. <https://doi.org/10.11610/isij.3912>.
- Mellucci, A. (1996). *Challenging codes – collective action in the information age*. University Press of Cambridge.
- Melucci, A. (1985). The symbolic challenge of contemporary movements. *Social Research*, 52(4), 789-816. <http://www.jstor.org/stable/40970398>.

- Machado, J. A. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias* 18, 248-285. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>.
- Marx, K. (1982). *Para a crítica da economia política* (Edgard, M., Leandro, K., José, A. G., & Walter. R. trad.). Abril Cultural. (original publicado em 1852).
- Mendonça, L. (2013). *Nativos digitais em Portugal: um motivo de preocupação para as organizações* (dissertação de mestrado). Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/10687>.
- Nave, J. G., & Fonseca, S. (2000, s.d.). Acção colectiva e participação na área do ambiente: Fenomenologia e mobilização de recursos das organizações não-governamentais do ambiente. *Sociedade portuguesa, passados recentes, futuros próximos - Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc1846420d\\_1.pdf](https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc1846420d_1.pdf)
- Offe, C.S. (1985). New social movements: Challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, 52, 817-868.
- O'Connor, C., & Weatherall, J. O. (2019). *The misinformation age: How false beliefs spread*. Yale University Press.
- Ortega & Gasset (2019). *A Rebelião das massas* (Herrera F. trad.) Livro Ibero-americano. (original publicado em 1926).
- Porta, D. (1995). *Social movements, political violence, and the state: A comparative analysis of Italy and Germany*. Cambridge University Press.
- Polletta, F., & Jasper, J. M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, 27, 283–305.
- Pereira, I. (2008, s.d.). *Activismo em rede: Dinâmicas locais e globais nos movimentos sociais portugueses*. VI congresso português de sociologia. <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/362.pdf>.
- Rheingold, H. (2005). *Foules Intelligentes: La révolution qui commence*. M2Editions.
- Rogério, S. (2014). Mobilizações sociais e novas formas de sociabilidade na Internet: Uma análise no ciclo de protestos português (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-B84K2E>.
- Santos, B. (2005). *O fórum social mundial: Manual de uso*. Afrontamento.

- Silva, C. T. (2014, maio). Social movements in contemporary Portugal. *European Journal of Social Sciences Education and Research*, 1(1), 36-42.  
<https://doi.org/10.26417/ejser.v1i1.p36-42>.
- Simmel, G. (1983). Conflito e estrutura do grupo. In (Moraes Filh., Evaristo, org.). Simmel, G., *Sociologia. Atica*.
- Stets, J. E., Burke, P. J. (2000). Identity theory and social identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 224–37.
- Smelser, N. (1963). *A sociologia da vida económica* (Miriam L. M. L. trad.). Livraria Pioneira Editora.
- Sługocki, W. Ł., & Sowa, B. (2021). Disinformation as a threat to national security on the example of the COVID-19 pandemic. *Security and Defence Quarterly*, 35(3), 63-74.  
<https://doi.org/10.35467/sdq/138876>.
- Touraine, A. (1988). Modernity and cultural specificities. *International Social Science Journal*, XL(4), 443-457.
- Touraine, A. (1995). *La producción de la sociedad*. Iلسunam.
- Touraine, A. (1998). *Pourrons-nous vivre ensemble?*. Editions Fayard
- Touraine, A. (2006). *Um novo paradigma para compreender o mundo hoje* (3a ed.). Editora Vozes
- Tilly, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Random House.
- Tilly, C. (2004). *Social movements (1768-2004)*. Paradigm Publishers.
- Urrutia, D. J. (2003). Aburrimento, rebeldía y ciberturbas.  
<http://juan.urrutiaelejalde.org/?s=Aburrimento%2C+rebeld%3%ADa+y+ciberturbas>.  
 +++.
- Tarde, G. (2005). *A opinião e as massas*. (2a ed.; Eduardo B. trad.). Martins Fontes.
- Tolga, Y. (2014, agosto). *The role of online social networks in social movements: Social polarization and violations against social unity and privacy of individuals in Turkey* (conferencia). International Conference on Communication, Film and Media. Istanbul.  
<https://doi.org/10.13140/2.1.2449.8569>.
- Von Stein, L. (1964). *History of the french social movement from 1789 to the present*. Bedminster Press. (obra original publicada em 1850).

White R. W. (2001). Social and role identities and political violence. *Social identity, intergroup conflict, and conflict reduction*. In Ashmore, R. D., Jussim, L. & Wilder, D. (Eds.), *Social identity, intergroup conflict, and conflict reduction*, (pp. 133-158). Oxford University Press.